O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 14 | Nº 40 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7860040

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

O PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO (PAB) E A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA

Franciele de Carvalho Briedis[1]

Giane Gonçalves Lenzi[2]

Resumo

A produção artesanal é historicamente difundida entre as comunidades indígenas, mas fica claro pelo alto grau de pobreza dos povos originários brasileiros que a renda desse comércio pode ser pouco significativa. O objetivo desta pesquisa foi analisar a participação indígena no Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), além de analisar o perfil do artesão indígena brasileiro, seu engajamento na atividade artesanal e a renda gerada por tal ofício. Para isto foi relacionado parâmetros como gênero, distribuição geográfica, faixas de renda, entre outros dados, a fim de conhecer especificidades relacionadas à sua atividade. O método utilizado foi a pesquisa exploratória e comparativa por meio de pesquisa documental, oriunda do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB). Um dos pontos identificados nos resultados, foi que 72% da população que se dedica ao artesanato como atividade principal, declarou viver com renda familiar inferior a um salário-mínimo. A região Norte do Brasil foi a mais engajada entre os parâmetros analisados comparado às outras regiões. A região Nordeste do Brasil destacou-se com a liderança nas proporções de renda acima de um salário-mínimo. Por outro lado, a região Sul chamou a atenção pela menor proporção nesse índice de renda. Também foi possível identificar que a população mais engajada nos parâmetros analisados, apresentaram maiores proporções de renda acima de um salário-mínimo comparado à população com menor engajamento. Dentre os parâmetros analisados, a realização de exportação, a participação em eventos de comercialização e participação em capacitação, foram os que mais proporcionaram aumento na renda acima de um salário-mínimo. As informações e análises apresentadas, fornecem uma literatura ainda pouco explorada na área, e também gera contribuições à sociedade apresentando informações úteis que podem servir de base para políticas públicas, ao setor privado, e à própria comunidade indígena artesã.

Palavras Chave: Artesanato Indígena; Programa do Artesanato Brasileiro (PAB); Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB).

Abstract

Handicraft production is historically widespread among indigenous communities. Still, it is clear from the high poverty of native Brazilian people that the income from this trade can be negligible. The objective of this research was to analyze the indigenous participation in the Brazilian Handicraft Program (PAB), in addition to studying the profile of the Brazilian indigenous craftsman, their engagement in the craft activity, and the income generated by this craft. For this, parameters such as gender, geographic distribution, and income ranges, among other data, were related to know specificities related to their activity. The method used was exploratory and comparative research through documentary research from the Brazilian Handicraft Registration Information System (SICAB). One of the points identified in the results was that 72% of the population dedicated to handicrafts as their primary activity declared that they lived with a family income of less than the minimum wage. The North region of Brazil was the most engaged among the analyzed parameters compared to the other areas. The Northeast region of Brazil stood out with leadership in the proportions of income above the minimum wage. On the other hand, the South region drew attention due to the lower ratio of this income index. It was also possible to identify that the population more engaged in the analyzed parameters had higher income ratios than those with less engagement. Among the parameters studied, exporting, participation in marketing events, and participation in training were the ones that most provided an increase in income above the minimum wage. The information and analyses presented provide a literature still little explored in the area and generate contributions to society by offering helpful information that can serve as a basis for public policies, the private sector, and the indigenous artisan community.

Keywords: Brazilian Handicraft Program (PAB); Brazilian Handicraft Registration Information System (SICAB); Indigenous Handicrafts.

[1] Graduada em Administração. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: francbriedis@gmail.com

[2] Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: gianeg@utfpr.edu.br

INTRODUÇÃO

Resultados preliminares do Censo Demográfico 2022, contou uma população de 1.652.876 indígenas brasileiros, sendo aproximadamente 0,8% do total de habitantes estimados para o País (AMORIM, 2023). Isto representa um aumento médio de 84% em pouco mais de uma década desde o último censo realizado em 2010). Esse aumento acima do esperado é reflexo do processo de "etnogênese" ou "reetinização", onde um povo reassume sua identidade étnica, recuperando aspectos de sua cultura tradicional (BANIWA, 2006; IBGE, 2012; G1, 2023).

Sendo a produção artesanal um forte aspecto da cultura indígena, e popularmente difundida entre as etnias indígenas brasileiras (CANAZILLES *et al*., 2015; MOTTA, 2018; JESUS, 2017; GARLET, 2010; SANTOS, 2016; SEGATO, 2003; SUFIATTI; BERNARDI; DUARTE, 2013). Associado ao contexto geográfico (ALBAGLI, 2006) e materiais disponíveis, resultando em artefatos autênticos, desenvolvido com engenhosidade única para os problemas locais (TEIXEIRA, 2011). Usa do conhecimento incorporado na memória coletiva, provêm do aprender fazendo, pelas características transferíveis de suas habilidades que deixam a cultura indígena presente e viva (COSTA *et al*, 2022; RAMOS, 2013; YANG *et al*., 2018).

Contudo, a atividade artesanal indígena também é motivo de preocupação. A mídia jornalística e trabalhos acadêmicos apontam para o risco social quando famílias indígenas viajam junto de suas crianças para realizar vendas de artesanato longe de suas aldeias (BAZZO, 2015; CAVALCANTE, 2014; COSTA OLIVEIRA; VIEIRA, 2019; GARLET, 2010; LAPPE; SILVA LAROQUE, 2016), levando-os a dormir em rodoviárias, acampando em praças, se alimentam mal enquanto passam o dia na rua expondo artesanato (CHAGAS, 2019; FÉLIX, 2013). Em alguns casos, processos produtivos de alta complexidade, ou que demandam muito tempo de preparação, envolvem membros da família, incluindo crianças, resultando em perda de dias letivos, ou abandono escolar (YANG *et al*., 2018). Estes desafios gera um ciclo de baixa escolaridade e dependência de fonte produtiva com pouco valor agregado, muito relacionado à baixa capacitação de seus atores. A evasão escolar perpetua a condição de marginalização da atividade, da qual poderia ser explorada e desenvolvida por meio da educação, empreendedorismo, cooperação, habilidade de negociação com intermediários/comerciantes, e entre outras medidas, pelo acesso a esquemas governamentais que os tornassem mais competitivos, alterando positivamente sua realidade econômica (CHEN; REN; ZHANG, 2021; ONA; SOLIS, 2017; SEHNEM *et al*., 2020; YANG *et al*., 2018).

Na busca de driblar alguns dos problemas comuns aos artesãos brasileiros em geral, aí incluído, indígenas e demais populações tradicionais, foi criado pelo Decreto de 21 de março de 1991, o

Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) (BRASIL, 2018; PAB, 2023). Esta política pública de nível nacional busca coordenar atividades para valorização do artesão e da empresa artesanal, consolidando-a enquanto setor econômico e preservando suas características culturais. O PAB, por meio do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), levanta informações estratégicas a respeito do artesão e sua atividade visando planejar e fomentar o setor artesanal (PAB, 2023a; 2023b). Os artesãos se cadastram no programa de forma online, e se aprovados pelo mediador estadual, recebem a Carteira Nacional do Artesão, possibilitando-os algumas vantagens e benefícios.

Diante do exposto, surge a questão: Quais as características da participação indígena no PAB? Com este questionamento, objetivou-se analisar o perfil do artesão indígena brasileiro, seu engajamento na atividade artesanal e a renda gerada por tal ofício.

POLÍTICAS INDEGENISTAS E O ARTESANATO

No histórico das políticas públicas indigenistas no Brasil, não foram encontrados documentos que mostrassem de forma clara o apoio à sua produção artesanal, contudo, há pouco mais de uma década, o artesanato pôde estar relacionado transversalmente dentro de políticas de etnodesenvolvimento.

Caracterizando as políticas indigenistas brasileiras por marcos temporais, (PÖRSCH; GRISA; KUBO, 2018) foi mostrado que entre as datas de 1900 a 1980, estas tinham ‘viés fundiário e de proteção’, visando a assimilação e integração cultural do indígena à sociedade nacional, com o uso econômico das terras para produção agrícola. Em 1910 instituiu-se o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), substituído em 1967 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1973 se promulgou o Estatuto do Índio que serviu de referência a políticas com vieses de universalização de direitos, intensificado na Constituição Federal de 1988, onde os indígenas tiveram abolição da tutela, direito à saúde, educação e previdência reconhecidos. Entre 1996 a 2010 as políticas públicas tiveram vieses voltados à agricultura familiar, incluindo indígenas entre outras comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária. E a partir de 2010 o viés político se voltou a ‘construção de políticas de etnodesenvolvimento’ buscando promover a autonomia e protagonismo indígena através da produção e renda, para além da segmentação agrícola (PÖRSCH; GRISA; KUBO, 2018).

Entre as políticas para etnodesenvolvimento, temos em 2012, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que está sob coordenação da FUNAI, e foi firmada pelo Decreto nº 7.747 com o objetivo de fortalecer as atividades produtivas tradicionais pela agricultura, criação sustentável de animais de médio e grande porte, agregação de valor a produtos da

sociobiodiversidade, etnoturismo, promoção de ações para certificação dos produtos indígenas, incluindo a valorização e comercialização do artesanato (BAVARESCO; MENEZES, 2014). No eixo 5 da PNGATI, é citado a necessidade de promover e apoiar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais usados na cultura indígena, inclusive no artesanato para fins comerciais (BRASIL, 2012).

PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO

Visando apoiar profissionalmente artesãos no Brasil, foi criado pelo Decreto de 21 de março de 1991 o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), com a finalidade de elaborar políticas públicas em nível nacional, coordenar atividades para valorização do artesão, desenvolver as comunidades preservando suas características culturais, e desenvolver a empresa artesanal, consolidando-a enquanto setor econômico (BRASIL, 2018; PAB, 2023).

A fim de estabelecer parâmetros de atuação em todo o território nacional, o PAB criou e tornou pública pela Portaria SCS/MDIC n°29, de 5 de outubro de 2010, a Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. No ano de 2012, esta portaria foi redigida e publicada apresentando conceitos e classificações sobre o artesanato, além de tratar das finalidades do Programa de forma contextualizada para fins de divulgação. A definição de artesanato publicada pelo PAB, foi fortemente inspirada no 'Termo de Referência' do SEBRAE, publicada em 2004 com reedição em 2010 (REIS, 2022), reproduzindo conteúdos como, a categoria do artesanato tradicional, artesanato indígena, artesanato de referência cultural, e adicionando outros conceitos desenvolvidos pelo próprio PAB.

Através da Portaria n°1.007, de 11 de junho de 2018, a Base Conceitual do Artesanato Brasileiro foi atualizada, sendo a versão mais recente até o momento dessa pesquisa. Nesta Portaria, temos a classificação do produto artesanal conforme sua 'origem', isto é, pela natureza histórica e cultural de sua produção; 'finalidade', se referindo a utilização do produto, e classificação conforme 'tipologia', levando em conta a matéria-prima predominante na elaboração do produto (BRASIL, 2018).

O PAB atua formando uma ampla rede de artesãos, dos quais, para fazer parte do programa, preencheram um pré-cadastro de modo online no Portal do Artesanato Brasileiro (PAB, 2023a). No pré-cadastramento o artesão insere informações diversas a respeito de seus hábitos produtivos e comprova sua habilidade, por envio de vídeo mostrando a execução do trabalho por completo. Também é aceito a comprovação da habilidade mediante a execução da atividade frente a um avaliador autorizado do PAB. Então, a partir dessas informações, o artesão é moderado pelas Coordenações Estaduais de Artesanato que o aprovará ou não, segundo seus critérios de julgamento. E quando o artesão é aprovado, este efetivamente passa a fazer parte do PAB, tendo suas informações atreladas ao Sistema de Informações

Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB). Na sequência, o artesão recebe a Carteira Nacional do Artesão, renovando suas informações de forma online ao fim do período de sua validade, para mantê-la ativa (PAB, 2023a).

O SICAB mantém um importante banco de dados com informações pertinente de todos os artesãos aprovados para o PAB. Informações necessárias ao planejamento e fomento do setor artesanal no Brasil, conhecendo-o, e mapeando-o para possibilitar estudos técnicos e implantação de políticas públicas (PAB, 2023a; 2023b). O acesso do artesão à Carteira Nacional do Artesão lhe traz vantagens como a possibilidade de participar em feiras, oficinas, cursos de capacitação, isenção do ICMS na comercialização dos produtos, facilidade de acesso ao microcrédito, acesso à nota fiscal avulsa de Emissão Eletrônica (e-NFA), possibilidade de ser contribuinte autônomo para fins previdenciários e o oferecimento de incentivos fiscais em alguns estados da federação (PAB, 2023b).

Uma medida aplicada pelo PAB buscando inclusão digital e democratização do acesso ao e-commerce aos seus artesãos, foi a parceria com a grande plataforma de marketplace da américa latina, o Mercado Livre, com lançamento de loja oficial em maio de 2021 (PAB, 2023c). Já com a Amazon, foi assinado acordo de cooperação com objetivo de capacitar e treinar artesãos do PAB de forma on-line, preparando-os para as vendas digitais em âmbito mundial através de sua plataforma (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2023). Tais acordos entre o PAB e empresas de e-commerce, visam promover a visibilidade dos produtos, facilitar o comércio, e o acesso a seus meios de pagamento disponíveis.

Programa do Artesanato Brasileiro e os Indígenas

Na América Latina, o artesanato é o principal setor entre as habilidades tradicionais (COVARRUBIA, 2019), e esta produção, pode ser estrategicamente usada para representar o valor cultural e criativo de uma região (UNCTAD, 2010). Deste modo, o PAB foi uma medida pensada para o apoio e desenvolvimento do artesão e seu produto. Contudo, é observado em levantamento bibliográfico (ABISUGA-OYEKUNLE; MUCHIE, 2021), que muitos projetos e agendas governamentais não são adequados ao apoio às pequenas empresas do ramo artesanal, ou mesmo, sequer tais projetos são implementados. Esta realidade, talvez contribua para o entendimento de mais de 50% da população indígena brasileira, da qual é fortemente vinculada ao artesanato, ter declarado não receber qualquer rendimento no censo de 2010 (IBGE - Comunicação Social, 2012). Ou seja, o artesanato, que comprovadamente tem sua representatividade por ser fonte de subsistência para muitas famílias (ABISUGA-OYEKUNLE; MUCHIE, 2021; BACCARINI, 2022; GROBAR, 2019; UNCTAD, 2010), inclusive dentro das comunidades indígenas (BRIEDIS; LENZI, 2021; CAMPOS *et al*., 2019; CHEN;

REN; ZHANG, 2021; COTTA, 2017; GARCÍA *et al*., 2015; INOCIAN *et al*., 2019; MIPUN *et al*., 2019; ONA; SOLIS, 2017; SILVA *et al*., 2019) é historicamente caracterizada pela pouco valorização e baixa demanda (BANIWA, 2007; THOMAS; MITCHELL; ARSENEAU, 2016), levando esta população a grandes dificuldades de autossustentação, e impedindo que olhem de forma positiva para o potencial produtivo advinda do seu conhecimento tradicional.

Ao setor público é necessário incentivo ao empreendedorismo, inclusão digital, inovações, cooperativismo, capacitação, entre outras medidas cabíveis para apoiar o aperfeiçoamento do artesanato em âmbito produtivo e comercial. O empenho desses incentivos, possibilitará a atividade de forma sustentável, formando artesãos para que sejam independentes, estimulando o protagonismo da comunidade artesã, colocando-os em evidência (CHEN; REN; ZHANG, 2021; FREITAS, 2017; ONA; SOLIS, 2017; PEREDO *et al*., 2004; SEHNEM *et al*., 2020; YANG *et al*., 2018).

O PAB, visando classificar a diversidade cultural e artesanal do país, por meio do SICAB, seu banco de dados, organizou campos específicos para as comunidades tradicionais, possibilitando à comunidade indígena inclusão de informações como o povo e etnia da qual pertence. Esta medida é relevante para conhecer a identidade artesanal e cultural dos povos originários brasileiros, com informações que mostram especificidades e individualidades, facilitando trabalhos que levem à sua valorização. Contudo, embora o PAB já tenha mais de vinte anos de implementação, ele não é vastamente conhecido pela população brasileira, nem mesmo pela própria comunidade artesã (MEUSBURGER, 2017). Para isto, é importante um maior empenho das políticas públicas para a divulgação do Programas. Políticas nacionais estratégicas com foco socioeconômico que dependem do engajamento popular para sua aderência, devem romper os limites teóricos e físicos dos prédios públicos em todas as suas esferas, e devem de fato alcançar a comunidade. Sobretudo, a comunidade indígena que é fortemente caracterizada por dificuldades de autossustentação, superando a antiga concepção de tutela e incapacidade (ESTIVAL *et al*., 2017; THOMAS; MITCHELL; ARSENEAU, 2016).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracterização metodológica

Este estudo foi realizado por pesquisa documental (GIL, 2008; LIMA JUNIOR *et al*., 2021; SÁ-SILVA *et al*., 2009), com origem no cadastro do SICAB, documento público com informações úteis para que a análise de conteúdo evidencie seus indicadores e favoreça o entendimento da realidade pesquisada (BARDIN, 2016; SILVA *et al*., 2020). O acesso à informação foi feito mediante pedido em

plataforma integrada de ouvidoria, o Fala.BR. Neste pedido, não se fez necessário qualquer informação que pudesse identificar o artesão. As informações adquiridas na pesquisa encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1 - Dados fornecidos pelo SICAB sobre Artesãos Indígenas

Estado (UF)
Sexo
Etnia
Local onde vive
Artesanato é sua atividade principal ou secundária
É instrutor de cursos de técnica Artesanal
Já participou de alguma Capacitação
Participa de Evento de Comercialização
Faixa Renda Familiar (Salário-Mínimo)
Tipo de Venda da Produção
Realiza Exportação
Já fez financiamento para produção

Fonte: PAB (2019).

Participantes

O início dos cadastros indígenas no SICAB, partem do ano de 2007. Contudo, neste trabalho foi utilizado dados de janeiro de 2016, até fevereiro de 2022, considerando todos os cadastros com status da carteira ‘gerada’, e ‘vencida’. A opção por aceitar cadastros com carteira vencida, foi devido ao contingente de indígenas que teriam suas informações desconsideradas por não renovarem o cadastro dentro do prazo. Deste corte temporal, totalizaram-se 3426 indígenas cadastrados.

Em sequência, com o objetivo de conhecer melhor as especificidades daqueles que se dedicam ao ‘artesanato como sua atividade principal’, foi gerado um filtro para esta população, formando um subgrupo com 2265 indígenas, o que representou 66 % da amostra total.

Cruzamentos

O meio técnico de investigação deste trabalho, se deu pelo método comparativo, investigando os agrupamentos dos indivíduos e seus fenômenos, para identificar diferenças e similaridades (GIL, 2008). Para iniciar a análise dos dados, foram identificadas características demográficas relativas a gênero, local onde vivem, e etnias da amostra total de indígenas do PAB/SICAB em comparação com os dados do IBGE.

Em seguida, foi dado maior atenção e profundidade ao subgrupo que possui o artesanato como atividade principal, cruzando e comparando os parâmetros expostos no Quadro 1. A motivação em

trabalhar mais exclusivamente com o subgrupo citado, se deu pela menor interferência que estes teriam sobre fontes de renda não relacionadas ao artesanato. Assim, os resultados poderão auxiliar na comparação e identificação dos parâmetros com maior engajamento e/ou maiores índices de renda entre os indígenas. Tais informações poderão se tornar referência às comunidades que buscam alternativas para melhorarem suas condições econômicas.

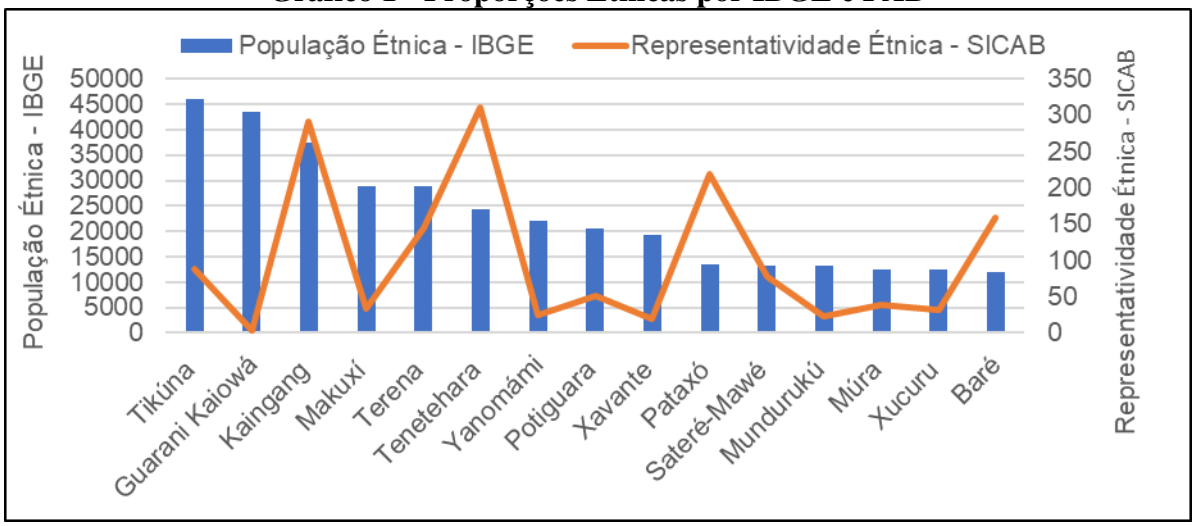
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Indígenas brasileiros e sua representação no PAB

A população indígena representada no censo brasileiro, apontou equilíbrio entre homens e mulheres (IBGE - Comunicação Social, 2012), enquanto que os dados do PAB/SICAB mostram maiores proporções femininas, com 68% da amostra total (2314 cadastros). Este fato, leva a compreensão que mulheres indígenas são mais engajadas na produção artesanal e suas práticas econômicas, comparado ao sexo masculino (SANTOS, 2010).

A concentração populacional indígena por local onde vive, sendo área rural ou urbana, se manteve em proporções aproximadas entre o IBGE/2010 e PAB/SICAB, com área rural mais representativa para ambas. A proporção da amostra total de indígenas desta pesquisa, esteve em 66% nas áreas rurais, 5% a mais que o IBGE. Esta informação é relevante pois, embora as áreas rurais sejam originalmente marcadas por dificuldades de acesso ou isolamento, as populações indígenas mostraram êxito no acesso à informação e participação no PAB.

Gráfico 1 - Proporções Étnicas por IBGE e PAB



Fonte: Elaboração própria. Adaptada de IBGE (2010); SICAB (2021).

No tratamento de dados relativos às etnias indígenas, foram comparadas às 15 (quinze) etnias mais populosas levantadas pelo IBGE (IBGE, 2010), com a quantidade destas mesmas etnias cadastradas no PAB/SICAB. Os resultados mostram que muitas das etnias mais populosas do IBGE apresentaram consideravelmente menos cadastros no PAB/SICAB que outras menos populosas (Gráfico 1). Tal fato revela a ausência de proporcionalidade entre a população indígenas brasileira e a população indígenas que acessa o PAB.

Subgrupo artesanato como atividade principal e seu engajamento por distribuição geográfica

As informações apresentadas na sequência, tiveram foco apenas no subgrupo da amostra do PAB/SICAB que possui o artesanato como atividade principal, composta por 2265 indígenas, e levará em conta o engajamento indígena dentro de parâmetros selecionados (Quadro 1), analisando-os conforme região geográfica.

Os indígenas participantes do PAB que se declararam Instrutores de Cursos de Técnica Artesanal, tiveram maior proporção na região Norte, sendo 11% maior que a média para a região (Tabela 1). Já a região Sul, apresentou a menor proporção de declaração de instrutores, com diferença 13,5% inferior que a média indígena existente dentro do subgrupo. Demais regiões tiveram proporções muito similares de instrutores de cursos de técnica artesanal para quantidade geral de indígenas representadas no subgrupo.

Tabela 1 – Comparativo entre Distribuição Geográfica e Parâmetros SICAB

REGIÃO	NO	NE	CO	SE	SU	TOTAL
Subgrupo Artesanato Atividade Principal	1084 (48%)	512 (23%)	296 (13%)	60 (3%)	313 (14%)	2265 (100%)
Instrutor de Cursos de Técnica Artesanal	656 (59%)	281 (25%)	159 (14%)	17 (2%)	5 (0%)	1118 (100%)
Já Participou de Alguma Capacitação	76 (72%)	14 (13%)	12 (11%)	2 (2%)	1 (1%)	105 (100%)
Participa Evento de Comercialização	229 (57%)	106 (26%)	41 (10%)	21 (5%)	4 (1%)	401 (100%)
Realiza Exportação	47 (72%)	15 (23%)	2 (3%)	1 (2%)	0 (0%)	65 (100%)
Teve Acesso a Financiamento para Produção	326 (64%)	117 (23%)	57 (11%)	8 (2%)	2 (0%)	510 (100%)
RENDA > Salário-Mínimo	284 (44%)	223 (35%)	82 (13%)	22 (3%)	29 (5%)	640 (100%)

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de SICAB (2021).

Considerando a participação em capacitação por região brasileiras, verificou-se que indígenas da região Norte tiveram grande distinção na participação de capacitação comparado às outras regiões (Tabela 1), alcançando índice 24% superior à proporção do subgrupo em estudo dentro de sua região. A região Sul apresentou os menores índices, com 13% menos indígenas que já participaram de capacitação comparado à média do subgrupo para a região. O Nordeste também apresentou baixos índices de

participação em capacitação, sendo 10% inferior ao número médio de indígenas do subgrupo. Demais regiões apresentaram proporções similares entre a média do subgrupo para sua região e o número de indígenas que declararam ter participado de capacitação.

Em questões regionais, as declarações de participação em evento de comercialização têm no Norte do Brasil sua maior representação, sendo 9% superior à média do subgrupo em sua região (Tabela 1). A região Sul, mostrou o menor índice entre todas as regiões, 13% menor que a média de sua região. As demais regiões tiveram proporções similaridade entre participantes em evento de comercialização e a proporção populacional do subgrupo, não divergindo mais que 3% entre estas, a exemplo do Nordeste, que tem o litoral Sul da Bahia referenciado como competente em produção e comercialização do artesanato indígena em feiras (ESTIVAL *et al*., 2017), e mostrou engajamento 3% superior à média populacional da região.

A exportação de artesanato por indígenas, em âmbito regional neste subgrupo de estudo, segue tendo o Norte como a região mais engajada (Tabela 1), atingindo índice 24% acima da média de sua região. A região Sul teve ausência de indígenas que declarassem realizar exportação, ficando então proporcionalmente 14% abaixo da média do subgrupo em sua região. No Centro-oeste, a proporção de declarações de exportação foi 10% inferior à média populacional do subgrupo e juntamente com o Sudeste, teve declarações quase nulas de exportação, muito embora, no caso do Sudeste, essa baixa proporção fica apenas 1% distante da média populacional de sua região. Já a região Nordeste apresentou similaridade em sua região, entre as proporções que declararam realizar exportação e o subgrupo que tem o artesanato como atividade principal.

O acesso a financiamento para a produção artesanal foi mais declarado pela região Norte, sendo 16% acima da proporção média do subgrupo em sua região (Tabela 1). A região Sul teve o menor engajamento em acesso a financiamento comparado às demais regiões, e 14% inferior comparando à média populacional de sua região no subgrupo em estudo. O Nordeste, Centro-oeste e Sudeste, mantiveram as declarações de acesso a financiamento em proporções similares à média do subgrupo em estudo em suas respectivas regiões, não diferindo mais que 2%.

Comparado a distribuição geográfica dos indígenas que tem o artesanato como atividade principal e as proporções de renda acima de um salário mínimo (Tabela 1), foi verificado similaridade entre o percentual de renda e a média do subgrupo em estudo nas regiões Centro-oeste e Sudeste. A Região Norte mostrou leve inferioridade na proporção de renda acima de um salário mínimo em relação à sua região no subgrupo estudado (4%), enquanto que na região Sul, esta diferença foi maior, com 9% de inferioridade. Em contrapartida, a região Nordeste, se destaca por ser a única região onde os índices

de renda acima de um salário mínimo são superiores à média do subgrupo na região, superando-o em 12%.

Renda, gênero e onde vivem os indígenas do subgrupo artesanato como atividade principal

O cruzamento dos parâmetros selecionados dentro do subgrupo de indígenas que tem o artesanato como atividade principal, possibilitou conhecer mais precisamente os indígenas artesãos e o potencial gerador de renda de sua produção. Pela Tabela 2 podemos identificar que entre os indígenas que se dedicam ao artesanato como atividade principal, 72% declararam viver com renda familiar inferior a um salário mínimo, tal fato evidencia sua condição de pobreza, e faz questionar a efetividade da produção artesanal como gerador de renda (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 - Comparativo entre Índices de Renda Familiar, Gênero e Local onde vive, no subgrupo Artesanato Atividade Principal

Parâmetro	Resposta	Total	Faixa salarial		Gênero		Local onde vive	
			> 1 salário	< 1 salário	Feminino.	Masculino	Rural	Urbana
Artesanato Atividade Principal		2265 (100%)	640 (28%)	1625 (72%)	1575 (70%)	690 (30%)	1433 (63%)	832 (37%)
Gênero	Feminino	1575 (70%)	401 (25%)	1174 (75%)	-	-	-	-
	Masculino	690 (30%)	239 (35%)	451 (65%)	-	-	-	-
Local onde Vive	Rural	1433 (63%)	345 (24%)	1088 (76%)	-	-	-	-
	Urbana	832 (37%)	295 (35%)	537 (65%)	-	-	-	-
Instrutor Cursos Técnica Artesanal	Sim	1118 (49%)	351 (31%)	767 (69%)	830 (74%)	288 (26%)	643 (58%)	475 (42%)
	Não	1147 (51%)	289 (25%)	858 (75%)	-	-	-	-
Já Participou de Capacitação	Sim	105 (5%)	39 (37%)	66 (63%)	85 (81%)	20 (19%)	45 (43%)	60 (57%)
	Não	2160 (95%)	601 (28%)	1559 (72%)	-	-	-	-
Participa Evento Comercialização	Sim	401 (18%)	153 (38%)	248 (62%)	229 (57%)	172 (43%)	241 (60%)	160 (40%)
	Não	1864 (82%)	487 (26%)	1377 (74%)	-	-	-	-
Realiza Exportação	Sim	65 (3%)	38 (58%)	27 (42%)	41 (63%)	24 (37%)	32 (49%)	33 (51%)
	Não	2200 (97%)	602 (27%)	1598 (73%)	-	-	-	-
Acesso a Financiamento Produção	Sim	510 (23%)	150 (29%)	360 (71%)	377 (74%)	133 (26%)	228 (45%)	282 (55%)
	Não	1755 (77%)	490 (28%)	1265 (72%)	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de SICAB (2021).
Nota: Hífen (-) representa informações sem interesse ao estudo.

Considerando o gênero, as mulheres se destacam em representatividade de cadastrados indígenas no PAB/SICAB, e essa mesma representatividade também é observada nas negociações em centros urbanos (SANTOS, 2010; MATOS, 2012). Contudo, tratando-se da renda familiar, nota-se que declarantes masculinos tiveram superioridade de 10% na proporção de índice salariais acima de um salário mínimo sobre as mulheres (Tabela 2). Diante desta informação, fica a inquietação, existiria maior eficiência masculina na produção e/ou venda de artesanato? Tal resultado não necessariamente representaria maior eficiência masculina, considerando as características de coletividade da cultura indígena, onde cadastrados do gênero masculino, podem ter exercido o trabalho artesanal com auxílio feminino, e vice-versa. De toda forma, a liderança masculina neste parâmetro, por si só, gera reflexões sobre questão de gênero na atividade.

A respeito do local onde vive, sendo áreas urbanas ou rurais, nota-se que, muito embora os artesãos do subgrupo em estudo vivam majoritariamente em áreas rurais, correspondendo a 63%, são os residentes de áreas urbanas que declararam maiores proporções de renda acima de um salário mínimo, cerca de 11% superior que residentes de áreas rurais (Tabela 2). Este efeito pode ocorrer pela concentração populacional das áreas urbanas, que favorecem a aproximação e exposição dos produtos a um maior público.

Indígenas que se declararam instrutores de cursos de técnica artesanal, representaram quase metade do subgrupo em estudo, 49% dos cadastros (Tabela 2). O índice proporcional de renda acima de um salário mínimo aos que se declararam instrutores, foi 3% superior à média do subgrupo. Esta pequena vantagem pode estar relacionada a possível monetização sobre cursos, e/ou maior habilidade manual e de comunicação que os favorecem como produtores e/ou vendedores. O gênero dos instrutores foi levemente superior entre as mulheres, sendo 4% acima da média. Quanto ao local onde vive, as áreas urbanas apresentaram 5% mais instrutores que a média do subgrupo.

A participação de indígenas em capacitação dentro do subgrupo em estudo se mostrou muito pequena, apenas 5% entre os cadastrados (Tabela 2). Ao analisar os índices de renda acima de um salário mínimo, observou-se que indígenas que já participaram de capacitação, tiveram representatividade 9% superior em relação à proporção média (Tabela 2). Quanto ao gênero, a participação em capacitação foi maior entre as mulheres, 11% acima da média do subgrupo em análise. Quanto ao local de residência, as áreas urbanas foram 20% mais engajadas na participação capacitação que a média do subgrupo. A capacitação prepara o artesão para desenvolver habilidades e conhecimentos da cadeia produtiva, contribuindo para a qualidade final do produto que será inserido no mercado nacional e internacional (FREITAS, 2017; YULIANINGSIH *et al*., 2019). Além disso, a capacitação favorece um ambiente de competição saudável e consciente, para melhorar o bem-estar e

qualidade de vida da população em seu local de origem (YADAV *et al*., 2022), retendo jovens talentos para evitar o risco de extinção do saber tradicional, e respeitando valores identitários, socioculturais e técnicos (FREITAS, 2017; OYEKUNLE; SIRAYI, 2018).

O comércio de produtos artesanais permite a troca de experiências entre artesãos e consumidores, que tem a chance de compreender o ofício e apreciar a arte, exaltando a singularidade e autenticidade do patrimônio cultural (ABREHAM, 2022). Dos indígenas em estudo, 18% declararam participar de eventos de comercialização (Tabela 2), e destes 18%, foi mostrado vantagem proporcional nos índices de renda acima de um salário mínimo de 10% em relação à média do subgrupo. Logo, os resultados trazem à reflexão que este engajamento provoca efeitos satisfatórios à geração de receitas. Deste modo, a população indígena se beneficia dos eventos de comercialização para a venda do que originariamente seria destinado para uso próprio, como arco e flecha, cestos, entre outros (FARIAS, 2010). O gênero dos indígenas que participam de evento de comercialização é mais representativo entre o sexo masculino, 13% superior à média do subgrupo em estudo. Sobre o local de residência, viver em área rural ou urbana não pareceu representar um empecilho, já que se observou apenas 3% de superioridade em participação em evento de comercialização aos indígenas que vivem em área urbana, comparado à média do subgrupo em estudo.

O artesanato é, para muitos países em desenvolvimento, uma parte significativa da economia de exportação (GHOUSE, 2012). É um meio em potencial de liberação dos menos favorecidos economicamente, da dependência do Estado (WHERRY, 2006). No Brasil, a exportação do artesanato se dá majoritariamente para a França, com volume percentual de 29%; Reino Unido, com 26%; Estados Unidos, com 22%, e Alemanha com 5,5% (GUIMARÃES JUNIOR, 2021). No PAB/SICAB verificou-se uma parcela muito pequena de indígenas que declaradamente realizam exportações, sendo apenas 3% do subgrupo que tem o artesanato como atividade principal. E desses 3% (Tabela 2), 58% tiveram renda acima de um salário mínimo, índice 30% superior à média da amostra em estudo. Tal fato leva a crer, que o comércio internacional amplia de forma promissora as possibilidades de maiores receita aos indígenas brasileiros. Relacionando as exportações ao gênero, observou-se que o sexo masculino (Tabela 2), apresentou vantagem de 7% nas declarações de exportação em comparação à amostra em estudo, ultrapassando os índices femininos. Quanto a facilidade de exportação, esta parece estar relacionada em certo grau com o local onde vive, já que indígenas de áreas urbanas tem índices 14% superior em declaração de exportação, que a proporção média do subgrupo que tem o artesanato como atividade principal.

O acesso a financiamento para a produção artesanal dentro do subgrupo de estudo que possui o artesanato como atividade principal, foi presente em 23% dos cadastrados (Tabela 2). Quanto a renda

familiar, indígenas que declararam acessar financiamento, apresentaram proporção de renda acima de um salário mínimo em 29%, apenas 1% acima da média do subgrupo em estudo. Logo, para o caso dessa pesquisa, torna-se incerto presumir que o acesso a financiamento traga vantagens produtivas e comerciais ao indígena artesão. Apesar dos resultados apresentados, estudos apontam o acesso a microcrédito como meio de contribuir no desenvolvimento do mercado do artesanato, impulsionando a confiança dos produtores à medida que suas vendas aumentam (MKENDA; AIKAELI, 2019), sendo uma ferramenta para a redução da pobreza (AKHTER; CHENG, 2020; AWOJOBI, 2019), que leva desenvolvimento para áreas rurais, e empoderamento para mulheres ao redor do mundo (SALMAN, 2018). Especificando o gênero e o acesso a financiamento para produção artesanal, observou-se uma pequena superioridade entre o sexo feminino, estando 4% acima da média do subgrupo. Quanto ao local onde vivem, indígenas de áreas urbanas tiveram superioridade de 18% nas declarações de acesso a financiamento, comparado ao subgrupo em estudo.

Assim, como observado nos resultados dessa pesquisa, o artesanato, com características produtivas flexíveis, que podem ser integradas entre atividades domésticas, que tradicionalmente utiliza de matérias-primas acessíveis e baratas (YANG *et al*., 2018), vem resistindo entre as populações indígenas brasileiras. Por vezes, utilizada como forma de passatempo, mercantilização de fins capitalistas ou não, facilitadas pelo escambo (SEHNEM *et al*., 2020; STEPHEN, 1991), e até representando protesto ou resistência sociocultural (FITZPATRICK; REILLY, 2019). A atividade artesanal tem o poder de mobilizar a economia local para geração de renda, exercendo um papel reconhecido mundialmente como medida de aliviação da pobreza por meio da indústria criativa (SEHNEM *et al*., 2020; YANG *et al*., 2018). É necessário que as políticas públicas estejam ativas quanto as iniciativas de etnodesenvolvimento, protegendo técnicas, habilidades culturais e tradicionais, apoiando-as para seu fortalecimento, transferência intergeracional, e desenvolvimento. Assim, a nação indígena se apropriará orgulhosamente de sua identidade original, para aproveitar os frutos que sua expressividade representa.

CONCLUSÃO

De forma geral, este estudo corrobora a literatura (ALVES; SANTOS, 2019; BANIWA, 2007; ESTIVAL *et al*., 2017; NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2016) e o senso popular, que acredita que grande parte dos indígenas artesãos brasileiros vivem em situação de pobreza. Utilizando a base de dados do PAB, foi identificado que 72% dos indígenas que se dedicam ao artesanato como atividade principal, vivem com renda familiar menor que um salário-mínimo. E vale ressaltar, que há probabilidade desta

população indígena em situação de pobreza ter proporções ainda maiores no território brasileiro, ao abranger aqueles que desconhecem o PAB e sequer tem acesso à informação.

Utilizado as perguntas do pré-cadastro do SICAB/PAB como parâmetros de mensuração, foi possível observar que indígenas que tiveram engajamento nestes parâmetros, apresentaram maiores proporções de renda familiar acima de um salário-mínimo comparado à população menos engajada. Entre os parâmetros analisados, destaca-se a realização de exportação, obtendo proporção 30% maior que a média do subgrupo em renda acima de um salário mínimo. Em contrapartida, foi a atividade menos declarada, com apenas 3% de indígenas citando-a dentro do subgrupo de estudo.

Em sequência, a participação em eventos de comercialização apresentou vantagem proporcional de 10% em renda acima de um salário mínimo no subgrupo de estudo, entre os 18% de indígenas que o declararam. A participação em capacitação mostrou vantagem proporcional de 9% em renda acima de um salário mínimo, para uma população de 5% que o declararam. Dentre os 49% do subgrupo de estudo que declararam ser instrutor de cursos de técnicas artesanais, a proporção de renda acima de um salário mínimo foi 3% maior que a média do subgrupo. E, o acesso a financiamento para a produção artesanal, declarado entre 23% do subgrupo de estudo, mostrou apenas 1% de vantagem proporcional em renda familiar acima de um salário mínimo.

O gênero feminino foi mais engajado no acesso à financiamento para a produção, participação em capacitação, e como instrutoras de cursos de técnicas artesanais. Já o gênero masculino foi mais engajado em participação em evento de comercialização, e realização de exportação. O gênero masculino apresentou vantagem proporcional de 10% sobre as mulheres nas declarações de renda familiar acima de um salário mínimo. Populações que vivem em áreas urbanas, apresentaram maior engajamento em todos os parâmetros e também as maiores proporções de renda acima de um salário mínimo.

O desenvolvimento econômico de indígenas com habilidades manuais especiais e produtivamente ativos, é um desafio para as políticas públicas que, mesmo com aplicação de programas estratégicos, muitas vezes não alcançam resultados efetivos e práticos. Um longo caminho ainda deve ser percorrido, para promoção do trabalho decente, crescimento econômico, erradicação da pobreza e redução das desigualdades, criando condições para fuga da pobreza por sistemas autossuficientes, baseados no mercado e apoio ao empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

ABISUGA-OYEKUNLE, O. A.; MUCHIE, M. "Handicraft small enterprises as an instrument for rural economic growth and poverty eradication". **Problems and Perspectives in Management**, vol. 18, n. 4, 2021.

ABREHAM, H. **Traditional handicrafts, creativity art and their relationship with tourism marketing** (Doctoral Thesis in Business Administration). Addis Ababa: St. Mary's University, 2022.

AKHTER, J.; CHENG, K. "Sustainable empowerment initiatives among rural women through microcredit borrowings in Bangladesh". **Sustainability**, vol. 12, n. 6, 2020.

ALBAGLI, S. "Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local". **Inclusão Social**, vol. 1, n. 2, 2006.

ALVES, M. C.; DOS SANTOS, A. "O design na cultura tradicional: ênfases e lacunas". **Projética**, vol. 10, n. 3, 2019.

AMORIM, D. "Dados preliminares do Censo 2022 apontam que Brasil tem 1,65 milhão de indígenas". **CNN Brasil** [2023]. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 16/04/2023.

AWOJOBI, O. N. "Microcredit as a strategy for poverty reduction in Nigeria: A systematic review of literature". **Global Journal of Social Sciences**, vol. 18, 2019.

BACCARINI, M. "Mercado de artesanato movimenta R$ 50 bilhões por ano no Brasil". **G1** [26/03/2018]. Disponível em: <www.g1.com>. Acesso em: 22/03/2022.

BANIWA, G. L. "Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo". **Tellus**, vol 7, n. 12, 2007.

BANIWA, G. L. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Editora Edições 70, 2016.

BAVARESCO, A; MENEZES, M. **Entendendo a PNGATI**: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. Brasília: Funai, 2014.

BAZZO, J. "Uma identidade municipal desafiada: análise do conflito em torno do comércio realizado por indígenas em uma cidade da serra gaúcha". **Espaço Ameríndio**, vol. 9, n. 1, 2015.

BRASIL. **Decreto n. 7.747, de 05 de junho de 2012**. Brasília: Funai, 2012. Disponível em <www.funai.gov.br>. Acesso em: 29/03/2023.

BRASIL. **Portaria n. 1.007, de 11 de junho de 2018**. Brasília: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2018. Disponível em: <www.in.gov.br>. Acesso em: 30/03/2023.

BRIEDIS, F. C.; LENZI, G. G. "A Produção Artesanal Indígena: Percepções Econômica, Financeira e Produtiva". **Anais do XI Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção**. Ponta Grossa: UTFPR, 2021.

CAMPOS, J. L. A. *et al*. "Socioeconomic Factors and Cultural Changes Explain the Knowledge and Use of Ouricuri Palm (Syagrus coronata) by the Fulni–ô Indigenous People of Northeast Brazil". **Economic Botany**, vol. 73, n. 2, 2019.

CANAZILLES, K. S. A. *et al*. "Comercialização do artesanato Kinikinau na cidade ecoturística de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil". **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, vol. 13, n. 5, 2015.

CAVALCANTE, A. L. B. L. **Design para a sustentabilidade cultural**: recursos estruturantes para sistema habilitante de revitalização de conhecimento local e indígena (Tese de Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Florianópolis: UFSC, 2014.

CHAGAS, G. "Mulheres de tribo indígena viajam 489 km e acampam em praça para vender artesanato em São Carlos". **G1** [2019]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 25/04/2023.

CHEN, Z.; REN, X.; ZHANG, Z. "Cultural heritage as rural economic development: Batik production amongst China's Miao population". **Journal of Rural Studies**, vol. 81, 2021.

COSTA, N. M. A. *et al*. "Revisitando as 'raízes do meu ser: meu passado presente indígena'". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 11, n. 32, 2022.

COTTA, J. N. N. "Revisiting Bora fallow agroforestry in the Peruvian Amazon: Enriching ethnobotanical appraisals of non-timber products through household income quantification". **Agroforestry Systems**, vol. 91, n. 1, 2017.

COVARRUBIA, P. "Geographical indications of traditional handicrafts: a cultural element in a predominantly economic activity". **International Review of Intellectual Property and Competition Law**, vol. 50, n. 4, 2019.

DA COSTA OLIVEIRA, A.; VIEIRA, D. "Crianças Kaingang e as lógicas institucionais e étnicas de atendimento na cidade de Maringá, Brasil". **Runa**, vol. 40, n. 2, 2019.

DA MOTTA, D. F. "A representação da produção artesanal indígena no tesauro de cultura material dos índios no Brasil". **Liinc em Revista**, vol. 14, n. 2, 2018.

DA SILVA, J. L. *et al*. "Análise Documental Ilustrada em Administração Pública: uma Proposta Operacional (Re) Aplicável". **Teoria e Prática em Administração**, vol. 10, n. 2, 2020.

DE JESUS, D. S. V. "Economia criativa e resistência: o artesanato indígena no Estado do Rio de Janeiro". **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 53, n. 2, 2017.

ESTIVAL, K. G. S. *et al*. "Dos projetos sociais aos negócios sociais: um estudo da rede indígena solidária de arte e de artesanato no brasil (RISADA)". **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, n. 03, 2017.

FARIAS, A. J. T. P. "Estado, nação, etnicidade e patrimônio cultural: memória e cultura material no comércio do artesanato indígena". *In*: HERNÁNDEZ LÓPEZ, J. J.; ROTMAN, M.; GONZÁLEZ DE CASTELLS, A. (orgs.). **Patrimonio y Cultura en América Latina**: nuevas vinculaciones con el estado, el mercado y el turismo y sus perspectivas actuales. México: Universidad de Guadalajara, 2010.

FÉLIX, R. "Venda de artesanato indígena expõe crianças a risco social". **Gazeta do Povo** [2013]. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br>. Acesso em: 25/04/2023.

FITZPATRICK, E.; REILLY, R. C. "Making as Method: Reimagining Traditional and Indigenous Notions of "Craft" in Research Practice". **Art/Research International: A Transdisciplinary Journal**, vol. 4, n. 1, 2019.

FREITAS, A. L. C. **Design e artesanato**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2017.

G1. "Balanço parcial do Censo mostra aumento da população indígena". **G1** [2023]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 19/01/2023.

GARCÍA, N. *et al*. "Management of the palm Astrocaryum chambira Burret (Arecaceae) in northwest Amazon". **Acta Botanica Brasilica**, vol. 29, n. 1, 2015.

GARLET, M. **Entre cestos e colares, faróis e parabrisas**: crianças Kaingang em meio urbano. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social) Porto Alegre: PUC-RS, 2010.

GHOUSE, S. M. "Indian handicraft industry: problems and strategies". **International Journal of Management Research and Reviews**, vol. 2, n. 7, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GROBAR, L. M. "Policies to promote employment and preserve cultural heritage in the handicraft sector". **International Journal of Cultural Policy**, vol. 25, n. 4, 2019.

GUIMARÃES JUNIOR, J. C. "A Importância do Artesanato do Núcleo de Arte e Cultura Indígena de Barcelos-NACIB The Importance of Handicrafts from the Núcleo de Arte e Cultura Indígena de Barcelos-NACIB". **Brazilian Journal of Development**, vol. 7, n. 8, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas". **IBGE** [2012]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/04/2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Etnias indígenas mais numerosas por Unidades da Federação – 2010" **IBGE** [2010]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/04/2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INOCIAN, R. B. B. *et al*. "Unveiling the indigenous art and craft of bakat and its economic significations". **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, vol. 9, n. 4, 2019.

LAPPE, E.; DA SILVA LAROQUE, L. F. "Trançado e tramas na Terra Indígena Foxá: o comercializar do artesanato na cidade de Lajeado/RS". **Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

LIMA JUNIOR, E. B. *et al*. "Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa". **Cadernos da FUCAMP**, vol. 20, n. 44, 2021.

MATOS, M. H. O. **Mulheres no movimento indígena**: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2012.

MEUSBURGER, R. "O que é o Programa do Artesanato Brasileiro?" **Youtube** [2017]. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em: 30/03/2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. "Ministério da Economia e Amazon Brasil promovem capacitação para MPEs, MEIs e artesãos" **Gov.br** [2022]. Disponível em: <www.gov.com.br>. Acesso em: 23/04/2023.

MIPUN, P. *et al*. "Non-timber forest products and their contribution to healthcare and livelihood security among the Karbi tribe in Northeast India". **Ecological Processes**, vol. 8, n. 1, 2019.

MKENDA, B. K.; AIKAELI, J. "Indigenous knowledge and prospects for income and employment generation: The case of handicraft production among rural women in Tanzania". **IK: Other Ways of Knowing**, vol. 5, 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. "Indígenas, negros e mulheres são mais afetados por pobreza e desemprego no Brasil, diz CEPAL". **Nações Unidas Brasil** [2016]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 23/04/2023.

ONA, J. G. G.; SOLIS, L. S. L. S. L. "Challenges and opportunities for the development and promotion of Ibaloy crafts as tourism products". **International Journal of Culture, Tourism, and Hospitality Research**, vol. 11, n. 4, 2017.

OYEKUNLE, O. A.; SIRAYI, M. "The role of design in sustainable development of handicraft industries". **African Journal of Science, Technology, Innovation and Development**, vol. 10, n. 4, 2018.

PAB – Portal do Artesanato Brasileiro. "Cadastramento Único dos Artesãos do Brasil". **Gov.br** [2023a]. Disponível em: <www.gov.com.br>. Acesso em: 23/04/2023.

PAB – Portal do Artesanato Brasileiro. "Loja Oficial do PAB no Mercado Livre". **Gov.br** [2023c]. Disponível em: <www.gov.com.br>. Acesso em: 23/04/2023.

PAB – Portal do Artesanato Brasileiro. "Perguntas frequentes". **Gov.br** [2023b]. Disponível em: <www.gov.com.br>. Acesso em: 23/04/2023.

PAB – Portal do Artesanato Brasileiro. "Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)". **Gov.br** [2023]. Disponível em: <www.gov.com.br>. Acesso em: 23/04/2023.

PEREDO, A. M. *et al*. "Towards a theory of indigenous entrepreneurship". **International Journal of Entrepreneurship and Small Business**, vol. 1, n. 1, 2004.

PÖRSCH, J.; GRISA, C.; KUBO, R. R. "Trajetória de construção da chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural indígena". **Extensão Rural**, vol. 25, n. 3, 2018.

RAMOS, S. P. "Políticas e processos produtivos do artesanato brasileiro como atrativo de um turismo cultural". **Rosa dos Ventos**, vol. 5, n. 1, 2013.

REIS, D. "(Arte)sanato tradicional: fricções entre matrizes de pensamento". **Etnográfica**, vol. 26, n. 1, 2022.

SALMAN, A. "Micro-finance: A driver for entrepreneurship". *In*: BRITO, S. M. **Entrepreneurship-Trends and Challenges**. Rijeka: IntechOpen, 2018.

SANTOS, D. A. "O feminino e a negociação identitária indígena em um contexto urbano". **Anais do Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Florianópolis: UFSC, 2010.

SANTOS, J. S. "Tradução artesanal: para além das fronteiras entre arte e artesanato indígena". **Oficina do CES**, n. 432, 2016.

SÁ-SILVA, J. R. *et al*. "Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas". **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, vol. 1, n. 1, 2009.

SEGATO, R. L. **Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2003.

SEHNEM, S. *et al*. "Public policies, management strategies, and the sustainable and competitive management model in handicrafts". **Journal of Cleaner Production**, vol. 266, 2020.

SILVA, T. L. L. D. *et al*. "Market integration does not affect traditional ecological knowledge but contributes additional pressure on plant resources". **Acta Botanica Brasilica**, vol. 33, n. 2, 2019.

STEPHEN, L. "Culture as a resource: four cases of self-managed indigenous craft production in Latin America". **Economic Development and Cultural Change**, vol. 40, n. 1, 1991.

SUFIATTI, T.; BERNARDI, L. D. S.; DUARTE, C. G. "Cestaria e a história de vida dos artesãos indígenas da Terra Indígena Xapecó". **Revista Latinoamericana de Etnomatemática Perspectivas Socioculturales de la Educación Matemática**, vol. 6, n. 1, 2013.

TEIXEIRA, C. "The craft of prototyping". **Strategic Design Research Journal**, vol. 4, n. 1, 2011.

THOMAS, D.; MITCHELL, T.; ARSENEAU, C. "Re-evaluating resilience: from individual vulnerabilities to the strength of cultures and collectivities among indigenous communities". **Resilience**, vol. 4, n. 2, 2016.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. **Creative Economy Report 2010: Creative Economy – A Feasible Development Option**. Geneva: UNCTAD, 2010.

WHERRY, F. F. F. "The nation-state, identity management, and indigenous crafts: Constructing markets and opportunities in Northwest Costa Rica". **Ethnic and Racial Studies**, vol. 29, n. 1, 2006.

YADAV, U. S. *et al*. "Proposal of a Global Handicraft Index for Sustainable Development: A visionary approach for small industry and developing strategies for handicraft (Rural Industry)". **European Journal of Sustainable Development Research**, vol. 6, n. 2, 2022.

YANG, Y. *et al*. "Preservation of cultural heritage embodied in traditional crafts in the developing countries. A case study of Pakistani handicraft industry". **Sustainability**, vol. 10, n. 5, 2018.

YULIANINGSIH, W. *et al*. "Impact of Handicraft Skills Training for Household Assistants". **1st International Conference on Education Social Sciences and Humanities**. West Sumatera: Atlantis Press, 2019.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 14 | Nº 40| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima